

7. ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE MUNICÍPIOS DO PORTUGAL ROMANO:

Submete-se à consideração do Executivo Municipal, com vista a aprovação da Assembleia Municipal o projeto de Estatutos da Associação de Municípios de Portugal Romano, que se anexa.



BRAGA
Município

PELOURO DO PATRIMÓNIO
SERVIÇO DE ARQUEOLOGIA

*A reunião do
Executivo Municipal
4-10 Maio
07 Maio 2018*

Ex.º Sr.

Vereador

Prof. Doutor Miguel Bandeira

*Caro Senhor Presidente da
Câmara, é com grande
suspensão para submeter aos
competentes órgãos deliberativos
com o parecer de que Braga,
herdeira de Bracara Augusta
não pode deixar de integrar
a presente Associação Nacional
de Municípios.*

4/5/2018

Yves Bandeira

ASSUNTO: Associação Nacional de Municípios do Portugal Romano

Anexa-se documentação, relativa à reunião de preparação para a fundação da “Associação Nacional de Municípios do Portugal Romano”, realizada no dia 18 de Abril de 2018, em Condeixa, para vossa apreciação e decisão. Se positiva, as actas, assim como, os estatutos desta futura associação, deverão, obrigatoriamente, ser aprovadas em reunião de Câmara e Assembleia Municipal.

Atentamente.

Braga, 04 de Maio de 2018.

O Responsável,

Armandino Cunha

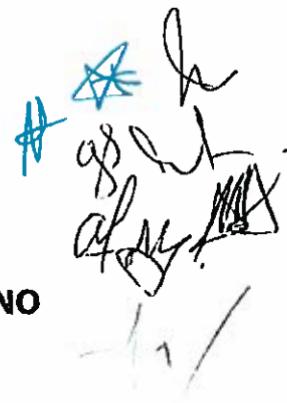
MUNICÍPIO DE BRAGA

Gabinete de Arqueologia

Praça Municipal, 4700-435 Braga

T +351 253 203 150 · F +351 253 613 387

arqueologia@cm-braga.pt · www.cm-braga.pt



**ATA DA PRIMEIRA REUNIÃO DA
ASSOCIAÇÃO DE MUNICÍPIOS DO PORTUGAL ROMANO**

Condeixa-a-Nova, 18 de abril de 2018.

MUNICÍPIOS PRESENTES (conforme listagem em anexo devidamente assinada pelo REPRESENTANTE de cada MUNICÍPIO que faz parte integrante desta ata)

- Município de Condeixa-a-Nova
- Município de Ansião
- Município de Braga
- Município de Lisboa
- Município de Penela
- Município de Oliveira do Hospital
- Município do Seixal
- Município de Vidigueira
- Município de Tomar
- Município de Santiago do Cacém (representado, pelo Presidente da Câmara Municipal de Condeixa-a-Nova, conforme delegação de poderes, para constituir e participar na Associação de Municípios de Portugal Romano)

EXPOSIÇÃO

- 1) Apresentação e discussão do projeto dos Estatutos da "ASSOCIAÇÃO DE MUNICÍPIOS DO PORTUGAL ROMANO";
- 2) A "ASSOCIAÇÃO DE MUNICÍPIOS DO PORTUGAL ROMANO" é uma Associação de Municípios de Fins Específicos sujeita ao regime jurídico do associativismo

autárquico previsto nos arts. 108º, 109º e 110º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro (regime jurídico das autarquias locais);

- 3) A ASSOCIAÇÃO DE MUNICÍPIOS DO PORTUGAL ROMANO tem por fim a promoção de uma ação cultural e social constante, tendo em conta a existência entre nós de parcelas de uma herança romana como valor identitário do nosso país, bem evidenciado nos monumentos romanos do território dos municípios associados, os quais pode contribuir, para além da sua função específica, para um crescimento significativo do sentimento de pertença e auto-estima das comunidades, bem como para o aumento dos fluxos turísticos de índole cultural e social, em cada uma das regiões de Portugal Continental.

Para o prosseguimento destes fins a ASSOCIAÇÃO DE MUNICÍPIOS DO PORTUGAL ROMANO deverá:

- a) Dinamizar o conhecimento do valor patrimonial romano, de forma que seja uma experiência de partilha de conhecimentos entre elementos da População Local e outros que não-de chegar;
 - b) Fomentar o estudo, conservação, preservação, valorização e divulgação destes monumentos e de outros vestígios e materiais que lhe estão associados;
 - c) Estimular a permuta de conhecimentos entre Municípios através de reuniões entre representantes de organizações não governamentais, departamentos oficiais, autoridades e indivíduos;
 - d) Promover, suportar e assistir à descoberta, recolha e conservação destes bens culturais e tudo fazer no sentido de alcançar a publicação dos resultados destas ações;
 - e) Coligir, divulgar e trocar informações entre pessoas com os mesmos objetivos, quer no país, quer além-fronteiras;
 - f) Reunir trabalhos, publicando-os e colocando-os em circulação, quer sejam desdobráveis, brochuras, livros, periódicos, revistas ou outra documentação que demonstrem promover os objetivos propostos;
 - g) Reunir fundos, solicitar e receber contributos de pessoas e instituições, fora de interesses comerciais que não se enquadram com os objetivos desta associação;
 - h) Colocar estes valores patrimoniais ao serviço das comunidades dos territórios onde estão inseridos;
 - i) Tomar todas as legítimas iniciativas, necessárias para alcançar os objetivos desta Associação”, conforme Projeto dos Estatutos da Associação.
- 4) Tendo em conta a vontade conjunta dos Municípios presentes, atendendo a tudo o que aqui foi exposto,

ACORDAM OS MUNICÍPIOS PRESENTES:

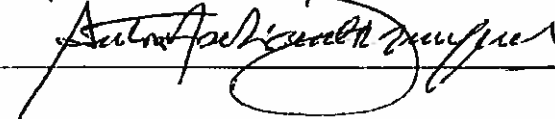
- 1) Analisado o projeto dos Estatutos da respetiva "ASSOCIAÇÃO DE MUNICÍPIOS DO PORTUGAL ROMANO" a constituir e cujo nome fica sujeito à aprovação do Registo Nacional de Pessoas Colectivas, alteraram o nº 2 do art. 1 e a alínea a) do nº 6 do art. 30 dos Estatutos, definindo uma quota mensal de cinquenta euros por cada município;
- 2) Aprovam a nova redação do Projeto dos Estatutos da "ASSOCIAÇÃO DE MUNICÍPIOS DO PORTUGAL ROMANO";
- 3) Levar ao conhecimento da respetiva Câmara Municipal e Assembleia Municipal, de cada MUNICIPIO, para deliberação e aprovação do projecto dos Estatutos da ASSOCIAÇÃO DE MUNICÍPIOS DO PORTUGAL ROMANO;
- 4) A Constituição da "ASSOCIAÇÃO DE MUNICÍPIOS DO PORTUGAL ROMANO" é celebrada por escritura pública, conforme previsto no nº 2 do art. 108º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, sendo outorgantes os presidentes dos órgãos executivos dos municípios.

Nada mais havendo a tratar a reunião foi encerrada pelas doze horas, dela se lavrando a presente ata que vai ser assinada pelos municípios presentes.

Município de Condeixa-a-Nova



Município de Ansião



Município de Braga

Município de Lisboa

Município de Penela

Município de Oliveira do Hospital

Município do Seixal

Município de Vidigueira

Município de Tomar

P'lo Município de Santiago do Cacém

ASSOCIAÇÃO DE MUNICÍPIOS DO PORTUGAL ROMANO



1. Ansião; 2. Braga; 3. Condeixa-a-Nova; 4. Lisboa; 5. Oliveira do Hospital; 6. Penela; 7. Santiago do Cacém;
8. Seixal; 9. Tomar; 10. Vidigueira

ESTATUTOS

ÍNDICE

CAPÍTULO I. Disposições Gerais.....	3
ARTIGO 1º - Natureza, Composição, Designação e Sede.....	3
ARTIGO 2º - Fins.....	3
ARTIGO 3º - Duração.....	4
ARTIGO 4º - Direitos dos Municípios Participantes.....	5
ARTIGO 5º- Deveres dos Municípios Participantes.....	5
CAPÍTULO II. Organização e Competências.....	5
Secção I – Disposições Gerais.....	5
ARTIGO 6º - Órgãos.....	5
ARTIGO 7º - Mandato.....	6
ARTIGO 8º - Continuidade do Mandato.....	6
ARTIGO 9º- Quórum das Reuniões dos Órgãos.....	6
ARTIGO 10º - Deliberações.....	6
ARTIGO 11º- Atas.....	7
Secção II - Da Assembleia-Geral.....	7
ARTIGO 12º - Natureza e Composição.....	7
ARTIGO 13º - Mesa.....	8
ARTIGO 14º - Reuniões da Assembleia Geral.....	8
ARTIGO 15º - Competências da Assembleia Geral.....	9
ARTIGO 16º - Competências do Presidente da Assembleia Geral.....	9
Secção III - Do Conselho Diretivo.....	10
ARTIGO 17º - Natureza e Composição.....	10
ARTIGO 18º - Competências do Conselho Diretivo.....	10
ARTIGO 19º - Competências do Presidente do Conselho Diretivo.....	11
ARTIGO 20º- Reuniões do Conselho Diretivo.....	12
Secção V - Do Conselho Fiscal.....	12
Artigo 21º - Natureza e Composição.....	12
Artigo 22º - Competências.....	12
Artigo 23º - Reuniões.....	12
CAPÍTULO III. Estrutura e Funcionamento.....	13
ARTIGO 24º - Serviços de Apoio Técnico e Administrativo.....	13
ARTIGO 25º - Regime de pessoal.....	13
CAPÍTULO IV . Da Gestão Financeira e Orçamental.....	13
ARTIGO 26º - Regime de Contabilidade.....	13
ARTIGO 27º - Orçamento.....	14
ARTIGO 28º - Documentos de Prestação de Contas.....	14
ARTIGO 29º - Apreciação e Julgamento das Contas.....	14
ARTIGO 30º - Património e Finanças.....	15
ARTIGO 31º - Contribuições Financeiras.....	16
ARTIGO 32º - Endividamento.....	16
CAPÍTULO V. Disposições Finais.....	16
ARTIGO 33º - Alterações Estatutárias.....	16
ARTIGO 34º - Renúncia e Exclusão dos Municípios Associados e Admissão de Novos Municípios.....	17
ARTIGO 35º - Extinção da Associação de Municípios do Portugal Romano.....	18
ARTIGO 36º - Regime jurídico aplicável.....	18
ARTIGO 37º - Regulamento Interno Geral.....	19
Capa, logótipo e contracapa. Justificação.....	20

ESTATUTOS

CAPÍTULO I Disposições Gerais

ARTIGO 1º Natureza, Composição, Designação e Sede

1 – A ASSOCIAÇÃO DE MUNICÍPIOS DO PORTUGAL ROMANO é uma Pessoa Coletiva de Direito Privado de natureza associativa e âmbito territorial, e visa a realização de interesses comuns aos Municípios que a integram, regendo-se, enquanto Associação de Municípios de fins específicos pela Lei n.º 75/2013, de 12 de Agosto, pelos presentes Estatutos e pelas demais disposições legais aplicáveis.

2 – A Associação é composta pelos Municípios de Ansião; Braga; Condeixa-a-Nova; Lisboa; Oliveira do Hospital; Penela; Santiago do Cacém; Seixal; Tomar; e Vidigueira, bem como de outros municípios portugueses que venham a aderir nos termos estatutários, adotando a designação de ASSOCIAÇÃO DE MUNICÍPIOS DO PORTUGAL ROMANO.

3 – A ASSOCIAÇÃO DE MUNICÍPIOS DO PORTUGAL ROMANO tem sede no Museu PO.RO.S. Portugal Romano em Sicó, Rua dos Bombeiros Voluntários de Condeixa-a-Nova, nº 41, 3150-160 Condeixa-a-Nova, 239.949122, com a possibilidade da sua deslocação para qualquer um dos outros Municípios que integram a Associação, por deliberação da Assembleia Geral, sob proposta do Conselho Diretivo.

ARTIGO 2º Fins

ASSOCIAÇÃO DE MUNICÍPIOS DO PORTUGAL ROMANO tem por fim a promoção de uma acção cultural e social constante, tendo em conta a existência entre nós de parcelas de uma herança romana como valor identitário do nosso país, bem evidenciado nos monumentos romanos do território dos municípios associados, os quais pode contribuir, para além da sua função específica, para um crescimento significativo do sentimento de pertença e auto-estima das comunidades, bem como para o aumento dos fluxos turísticos de índole cultural e social, em cada uma das regiões de Portugal Continental.

Para o prosseguimento destes fins a ASSOCIAÇÃO DE MUNICÍPIOS DO PORTUGAL ROMANO deverá:

- a) Dinamizar o conhecimento do valor patrimonial romano, de forma que seja uma experiência de partilha de conhecimentos entre elementos da População Local e outros que hão-de chegar;
- b) Fomentar o estudo, conservação, preservação, valorização e divulgação destes monumentos e de outros vestígios e materiais que lhe estão associados;
- c) Estimular a permuta de conhecimentos entre Municípios através de reuniões entre representantes de organizações não governamentais, departamentos oficiais, autoridades e indivíduos;
- d) Promover, suportar e assistir à descoberta, recolha e conservação destes bens culturais e tudo fazer no sentido de alcançar a publicação dos resultados destas acções;
- e) Coligir, divulgar e trocar informações entre pessoas com os mesmos objectivos, quer no país, quer além-fronteiras;
- f) Reunir trabalhos, publicando-os e colocando-os em circulação, quer sejam desdobráveis, brochuras, livros, periódicos, revistas ou outra documentação que demonstrem promover os objectivos propostos;
- g) Reunir fundos, solicitar e receber contributos de pessoas e instituições, fora de interesses comerciais que não se enquadram com os objectivos desta associação;
- h) Colocar estes valores patrimoniais ao serviço das comunidades dos territórios onde estão inseridos;
- i) Tomar todas as legítimas iniciativas, necessárias para alcançar os objectivos desta Associação.

ARTIGO 3º

Duração

A ASSOCIAÇÃO DE MUNICÍPIOS DO PORTUGAL ROMANO é constituída por tempo indeterminado.

ARTIGO 4º
Direitos dos Municípios Participantes

Constituem direitos dos Municípios integrantes da ASSOCIAÇÃO DE MUNICÍPIOS DO PORTUGAL ROMANO:

- a) Auferir dos benefícios da atividade da associação;
- b) Apresentar propostas e sugestões no âmbito da prossecução do objeto associativo;
- c) Participar nos órgãos da associação;
- d) Exercer os demais poderes e faculdades previstos na lei, nestes estatutos e no Regulamento Interno da associação;
- e) Requerer a convocação da Assembleia-Geral da Associação, nos termos previstos no artigo 14.o.

ARTIGO 5º
Deveres dos Municípios Participantes

Constituem deveres dos Municípios integrantes da ASSOCIAÇÃO DE MUNICÍPIOS DO PORTUGAL ROMANO:

- a) Prestar a colaboração necessária para a realização das suas atividades;
- b) Cumprir e fazer cumprir as disposições legais, regulamentares e estatutárias respeitantes à associação, bem como as deliberações dos respetivos órgãos;
- c) Efetuar as contribuições financeiras, nos termos estabelecidos na lei e nos presentes estatutos.

CAPÍTULO II

Organização e Competências

Secção I – Disposições Gerais

ARTIGO 6º

Órgãos

A ASSOCIAÇÃO DE MUNICÍPIOS DO PORTUGAL ROMANO é constituída pelos seguintes órgãos:

- a) Assembleia Geral;
- b) Conselho Diretivo;
- c) Conselho Fiscal.

ARTIGO 7º

Mandato

1 – O Mandato dos órgãos da ASSOCIAÇÃO DE MUNICÍPIOS DO PORTUGAL ROMANO é de quatro anos, que deverá coincidir com o mandato autárquico (incluindo o mandato proveniente de eleições intercalares, nos termos dos n.os 2 e 3 do artigo 59 da Lei no 169/99, de 18 de Setembro), tendo o seu início aquando da respetiva investidura que deverá ocorrer no prazo de 30 dias após a data de realização da eleições autárquicas e o seu termo no dia de realização de eleições autárquicas.

2 – O mandato dos membros dos órgãos da associação que sejam eleitos locais, é indissociável do mandato autárquico.

3 – A perda, a cessação, a renúncia ou a suspensão do mandato autárquico no órgão municipal por qualquer membro dos órgãos sociais da ASSOCIAÇÃO DE MUNICÍPIOS DO PORTUGAL ROMANO determina automaticamente o mesmo efeito no mandato exercido nos órgãos da Associação.

ARTIGO 8º
Continuidade do Mandato

Os titulares dos órgãos da ASSOCIAÇÃO DE MUNICÍPIOS DO PORTUGAL ROMANO mantem-se em funções até serem legalmente substituídos.

ARTIGO 9º
Quórum das Reuniões dos Órgãos

1 - As reuniões dos órgãos da ASSOCIAÇÃO DE MUNICÍPIOS DO PORTUGAL ROMANO terão lugar quando esteja presente a maioria do número legal dos seus membros.

2 - As reuniões dos órgãos da ASSOCIAÇÃO DE MUNICÍPIOS DO PORTUGAL ROMANO terão início decorridos que sejam trinta minutos após a hora designada pela convocatória, com os presentes.

ARTIGO 10º
Deliberações

1 - As deliberações dos órgãos são tomadas por maioria relativa dos votos dos associados, exceto as deliberações de alteração dos Estatutos, para as quais é necessária uma maioria qualificada, nos termos dos presentes estatutos.

2 - Na ausência da totalidade dos membros do órgão e em caso de empate nas votações, o respetivo Presidente tem voto de qualidade.

3 - As votações revestem a forma nominal.

ARTIGO 11º
Atas

1 - Das reuniões será lavrada ata que conterá um resumo do que de essencial nelas se tenha passado, indicando-se, designadamente, a hora, a data e o local da reunião, os membros presentes e ausentes, os assuntos apreciados, as decisões e deliberações tomadas e a forma e o resultado das respetivas votações e, o facto de a ata ter sido lida e aprovada.

2 - Os textos das deliberações podem ser aprovados em minuta, desde que tal seja decidido pela maioria dos membros presentes, caso em que a sua assinatura será efetuada no final da reunião.

Secção II
Da Assembleia-Geral

ARTIGO 12º
Natureza e Composição

1 – A Assembleia Geral é o órgão deliberativo da ASSOCIAÇÃO DE MUNICÍPIOS DO PORTUGAL ROMANO.

2 – A Assembleia Geral é constituída por representantes de todos os Municípios associados.

3- Cada um dos Municípios participantes da ASSOCIAÇÃO DE MUNICÍPIOS DO PORTUGAL ROMANO deve nomear o elemento que o represente na Assembleia Geral, bem como um membro suplente, obrigatoriamente de entre o órgão executivo, nos termos do disposto na Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, devendo considerar-se constituído este órgão, com os elementos nomeados, caso algum dos municípios não proceda à nomeação do respetivo representante e suplente.

ARTIGO 13º
Mesa

1 – A Assembleia Geral é dirigida por uma Mesa, constituída pelo Presidente e dois vogais, sendo um deles Secretário, a eleger pela Assembleia, de entre os seus membros.

2 – O Presidente será substituído, nas suas faltas e impedimentos, pelo primeiro Vogal e, na ausência deste, pelo Secretário, designando este um secretário ad hoc.

3 – Na ausência de todos os membros da Mesa, a Assembleia Geral poderá eleger uma Mesa ad hoc para presidir à reunião.

4 – Na eventualidade prevista no número anterior e enquanto não for eleita a Mesa, esta será integrada pelos três membros mais velhos, de entre os presentes, que assumirão os cargos referidos no n.º 1 deste artigo, por ordem, respetivamente, decrescente de idade.

ARTIGO 14º

Reuniões da Assembleia Geral

1 – A Assembleia Geral terá, anualmente, três reuniões ordinárias, sendo a primeira destinada à apreciação e votação dos documentos de prestação de contas do ano anterior e a última, que decorrerá em Novembro, destinada à aprovação das opções do plano e do orçamento para o ano seguinte.

2 – A Assembleia Geral pode ainda reunir-se, extraordinariamente, por iniciativa da respetiva Mesa ou quando requerida:

- a) Pelo Presidente do Conselho Diretivo, em execução de deliberação deste;
- b) Por um terço dos municípios participantes da associação.

3 – A convocatória das reuniões da Assembleia Geral será efetuada pelo Presidente, através de carta registada ou correspondência eletrónica para o endereço oficial de cada um dos municípios participantes e antecedência mínima de 15 dias.

4 – A primeira reunião da assembleia geral ocorrerá imediatamente após o ato constitutivo da ASSOCIAÇÃO DE MUNICÍPIOS DO ROMANO.

ARTIGO 15º

Competências da Assembleia Geral

São competências da Assembleia Geral:

- a) Eleger e destituir a Mesa da Assembleia Geral, o Conselho Fiscal e o Conselho Diretivo;
- b) Aprovar, sob proposta do Conselho Diretivo, a proposta de orçamento e as suas revisões, a quotização mensal, bem como apreciar o inventário de todos os bens, direitos e obrigações patrimoniais e respetiva avaliação e, ainda, apreciar e votar os documentos de prestação de contas;
- c) Aprovar, sob proposta do Conselho Diretivo, o mapa de pessoal da ASSOCIAÇÃO DE MUNICÍPIOS DO PORTUGAL ROMANO, bem como a contratação de pessoal;
- d) Acompanhar e fiscalizar a atividade do Conselho Diretivo, devendo ser apreciada, em cada reunião ordinária, uma informação escrita sobre a atividade da associação, bem como da sua situação financeira;
- e) Aprovar a celebração de protocolos com outros municípios, associações de municípios, entidades empresariais locais ou outras instituições públicas;

- f) Autorizar a ASSOCIAÇÃO DE MUNICÍPIOS DO PORTUGAL ROMANO, sob proposta do Conselho Diretivo, a celebrar protocolos de colaboração com outras entidades públicas, privadas ou do sector social e cooperativo, nos termos do Regulamento Interno;
- g) Aprovar o seu Regimento e os regulamentos da associação;
- h) Aprovar ou autorizar, sob proposta do Conselho Diretivo, a contratação de empréstimos nos termos da lei;
- i) Fixar anualmente as contribuições dos municípios que integram a ASSOCIAÇÃO DE MUNICÍPIOS DO PORTUGAL ROMANO;
- j) Aprovar e alterar os Estatutos;
- k) Exercer os demais poderes que lhe sejam conferidos por Lei, ou pelos estatutos;
- l) Deliberar sobre a oneração e alienação de bens próprios da Associação;
- m) Deliberar sobre a dissolução da Associação e nomear a respetiva Comissão Liquidatária, determinando os procedimentos a adotar.

ARTIGO 16º

Competências do Presidente da Assembleia Geral

São competências do Presidente da Assembleia Geral:

- a) Dirigir os trabalhos da Assembleia;
- b) Convocar as reuniões ordinárias e extraordinárias;
- c) Elaborar a ordem do dia das reuniões e proceder à sua distribuição;
- d) Abrir e encerrar os trabalhos das reuniões;
- e) Proceder à marcação e justificação de faltas dos Membros da Assembleia;
- f) Exercer os demais poderes que lhe sejam conferidos por Lei, pelos Estatutos, ou pela Assembleia Geral.

Secção III

Do Conselho Diretivo

ARTIGO 17º

Natureza e Composição

1 - Conselho Diretivo é o órgão de gestão e administração da ASSOCIAÇÃO DE MUNICÍPIOS DO PORTUGAL ROMANO constituído por cinco membros, os quais serão obrigatoriamente elementos dos órgãos executivos dos municípios integrantes da Associação, devendo o Presidente do Conselho Diretivo ser obrigatoriamente Presidente de Câmara Municipal de um desses municípios.

2 – Na ausência da totalidade dos membros do Conselho Diretivo e em caso de empate nas votações, o respetivo Presidente tem voto de qualidade nos termos do disposto no no 3 do artigo 10o destes estatutos.

ARTIGO 18º

Competências do Conselho Diretivo

1 – Compete ao Conselho Diretivo, no âmbito da organização e funcionamento:

- a) Assegurar o cumprimento das deliberações da Assembleia Geral;
- b) Dirigir os serviços técnicos e administrativos;
- c) Propor à Assembleia Geral o Regulamento Interno;
- d) Propor à Assembleia Geral a designação do Administrador Executivo e a respetiva remuneração, de acordo com as funções exercidas, bem como a sua exoneração;
- e) Designar os representantes da ASSOCIAÇÃO DE MUNICÍPIOS DO PORTUGAL ROMANO em quaisquer entidades ou órgãos previstos na Lei ou para que seja convidada a fazer-se representar;
- f) Executar o orçamento;
- g) Apresentar à Assembleia Geral o pedido de autorização de contratação de empréstimo devidamente instruído;
- h) Apresentar à Assembleia Geral as propostas de contratos de colaboração e cooperação com outras entidades públicas, privadas ou do sector social e cooperativo, de acordo com o Regulamento Geral Interno;
- i) Exercer os demais poderes que lhe sejam conferidos ou impostos por Lei, pelos Estatutos ou por deliberação da Assembleia Geral.
- j) Aprovar acordos e transações judiciais.
- k) Elaborar os regulamentos da associação, e propor para aprovação à Assembleia Geral.

2 – Compete ao Conselho Diretivo, no âmbito do planeamento e do desenvolvimento:

- a) Elaborar e submeter à aprovação da Assembleia Geral a proposta de orçamento e as respetivas alterações;
- b) Elaborar e aprovar as normas de controlo interno, bem como o inventário de todos os bens, direitos e obrigações patrimoniais e respetiva avaliação e, ainda, os documentos de prestação de contas, a submeter à apreciação e votação da Assembleia Geral;
- c) Exercer os demais poderes que lhe sejam conferidos ou impostos por lei ou por deliberação da Assembleia Geral.

ARTIGO 19º
Competências do Presidente do Conselho Diretivo

1 – Compete ao Presidente do Conselho Diretivo:

- a) Convocar as reuniões ordinárias e extraordinárias e dirigir os respetivos trabalhos;
- b) Executar as deliberações do Conselho e coordenar a respetiva atividade;
- c) Autorizar a realização de despesas orçamentadas até ao limite estipulado por lei ou por delegação do Conselho Diretivo;
- d) Autorizar o pagamento de despesas realizadas, nos termos da lei;
- e) Assinar e visar a correspondência do Conselho com destino a quaisquer entidades ou Organismos Públicos;
- f) Representar a ASSOCIAÇÃO DE MUNICÍPIOS DO PORTUGAL ROMANO em juízo ou fora dele;
- g) Remeter ao Tribunal de Contas os documentos que eventualmente careçam da respetiva apreciação;
- h) Exercer os demais poderes estabelecidos por lei ou por deliberação do Conselho Diretivo;

2 – O Presidente do Conselho Diretivo pode delegar ou subdelegar o exercício das suas competências nos demais membros deste órgão.

ARTIGO 20º
Reuniões do Conselho Diretivo

1 – O Conselho Diretivo terá, pelo menos, uma reunião ordinária trimestral e as extraordinárias que o Presidente convoque, por sua iniciativa ou a solicitação de, pelo menos, um terço dos seus membros.

2 – A reunião extraordinária é marcada com, pelo menos, oito dias úteis de antecedência, por meio de comunicação escrita dirigida aos membros do Conselho Diretivo, quer por via postal e carta registada, ou por correspondência eletrónica que cada um dos membros deverá disponibilizar ao Presidente do órgão.

Secção V Do Conselho Fiscal

Artigo 21º Natureza e Composição

O Conselho Fiscal é o órgão de fiscalização da ASSOCIAÇÃO DE MUNICÍPIOS DO PORTUGAL ROMANO e é constituído por um Presidente e dois vogais efetivos os quais, pela natureza das funções, terão preferencialmente habilitações académicas e profissionais adequadas, sendo os mesmos nomeados pela Assembleia Geral da Associação.

Artigo 22º Competências

Compete ao Conselho Fiscal:

- a) Sobre o relatório de contas;
- b) Fiscalizar os atos dos órgãos e serviços da ASSOCIAÇÃO DE MUNICÍPIOS DO PORTUGAL ROMANO, nos domínios financeiro e patrimonial;
- c) Pronunciar-se sobre assuntos que lhe forem apresentados pelo Conselho Diretivo.

Artigo 23º Reuniões

1 – O Conselho Fiscal terá uma reunião ordinária anual e extraordinárias quantas as consideradas necessárias.

2 – As reuniões extraordinárias serão convocadas pelo Presidente, por sua iniciativa, ou a requerimento da maioria dos seus titulares ou do Conselho Diretivo.

CAPÍTULO III

Estrutura e Funcionamento

ARTIGO 24º

Serviços de Apoio Técnico e Administrativo

1 – A ASSOCIAÇÃO DE MUNICÍPIOS DO PORTUGAL ROMANO é dotada de Serviços de Apoio Técnico e Administrativo, vocacionados para recolher e sistematizar a informação e para elaborar os estudos necessários à preparação das decisões ou deliberações.

2 – A natureza, a estrutura e o funcionamento dos serviços previstos no número anterior são definidos em regulamento aprovado pela Assembleia Geral, sob proposta do Conselho Diretivo.

ARTIGO 25º

Regime de pessoal

1 - A ASSOCIAÇÃO DE MUNICÍPIOS DO PORTUGAL ROMANO dispõe de um mapa de pessoal próprio, aprovado pela Assembleia Geral, sob proposta do Conselho Diretivo.

2 - A contratação de pessoal está dependente de prévia autorização da Assembleia Geral.

CAPÍTULO IV

Da Gestão Financeira e Orçamental

ARTIGO 26º

Regime de Contabilidade

1 - O ano económico corresponde ao ano civil.

2 - A contabilidade da ASSOCIAÇÃO DE MUNICÍPIOS DO PORTUGAL ROMANO rege-se pelas regras previstas no Sistema de Normalização Contabilística (SNC), que entrou em vigor a 1 de Janeiro de 2010.

ARTIGO 27º

Orçamento

1 – O orçamento da ASSOCIAÇÃO DE MUNICÍPIOS DO PORTUGAL ROMANO é elaborado pelo Conselho Diretivo e submetidos à aprovação da Assembleia Geral.

2 – O orçamento é remetido pelo Conselho Diretivo às Assembleias Municipais dos Municípios associados, para seu conhecimento, no prazo de um mês após a sua aprovação.

ARTIGO 28º

Documentos de Prestação de Contas

1 – O Conselho Diretivo elabora os documentos de prestação de contas, e apresenta-os à Assembleia Geral, no decurso do mês de Março, devendo esta deliberar sobre eles no prazo de trinta dias a contar da data da sua receção.

2 – No relatório de gestão, o Conselho Diretivo expõe e justifica a ação desenvolvida, demonstra a regularidade orçamental da efetivação das despesas, discrimina os financiamentos obtidos através do mapa de origem e aplicação de fundos e presta todos os esclarecimentos necessários à interpretação das contas apresentadas.

ARTIGO 29º

Apreciação e Julgamento das Contas

1 – As contas da ASSOCIAÇÃO DE MUNICÍPIOS DO PORTUGAL ROMANO estão sujeitas a apreciação e julgamento pelo Tribunal de Contas, nos termos da respetiva lei de organização.

2 – Para efeitos do número anterior, devem as mesmas ser enviadas pelo Conselho Diretivo ao Tribunal de Contas, dentro dos prazos estabelecidos para as Autarquias Locais.

ARTIGO 30º
Património e Finanças

1 – A ASSOCIAÇÃO DE MUNICÍPIOS DO PORTUGAL ROMANO tem património e finanças próprios.

2 – O património da ASSOCIAÇÃO DE MUNICÍPIOS DO PORTUGAL ROMANO é constituído pelos bens e direitos para ela transferidos ou adquiridos a qualquer título.

3 – Os bens transferidos pelos Municípios para a ASSOCIAÇÃO DE MUNICÍPIOS DO PORTUGAL ROMANO são objeto de inventário, a constar de ata de acordo mútuo, subscrita pelas partes interessadas, com menção das atividades a que ficam afetos.

4 – Os bens e direitos afetos pelos Municípios associados à ASSOCIAÇÃO DE MUNICÍPIOS DO PORTUGAL ROMANO são transferidos a título gratuito, ficando, os Municípios, isentos de qualquer encargo que resulte de tais bens ou direitos, designadamente dos encargos com a sua conservação e utilização.

5 – Os bens e direitos referidos no número anterior são transferidos sob condição resolutiva, regressando à esfera jurídica do Município respetivo aquando da extinção da Associação.

6 – São receitas da ASSOCIAÇÃO DE MUNICÍPIOS DO PORTUGAL ROMANO:

- a) O produto das contribuições dos Municípios associados, nomeadamente a quotização mensal;
- b) As transferências dos Municípios e as resultantes de contratação com a Administração Central e outras entidades públicas ou privadas;
- c) Os montantes das candidaturas a fundos europeus estruturais de financiamento que lhe sejam atribuídos;
- d) As dotações, subsídios ou participações de que venha a beneficiar;
- e) Os preços relativos a serviços prestados e bens fornecidos;
- f) O rendimento de bens próprios, o produto da sua alienação ou da atribuição de direitos sobre eles;
- g) Quaisquer acréscimos patrimoniais, fixos ou periódicos, que a título gratuito ou oneroso, lhe sejam atribuídos por Lei, contrato ou outro ato jurídico;
- h) O produto de empréstimos;
- i) Quaisquer outras receitas permitidas por Lei.

j) As transferências ou contribuições permanentes provenientes da celebração de contratos em parceria com entidades públicas ou privadas.

7 – Constituem despesas da ASSOCIAÇÃO DE MUNICÍPIOS DO PORTUGAL ROMANO os encargos decorrentes da prossecução das atribuições que lhe estão confiadas.

ARTIGO 31º

Contribuições Financeiras

1 – As transferências das contribuições financeiras dos Municípios associados são fixadas pela Assembleia Geral, sob proposta do Conselho Diretivo.

2 – As contribuições financeiras dos Municípios associados são exigíveis a partir da aprovação do orçamento da Associação de Municípios, constituindo-se os Municípios em mora quando não seja efetuada a transferência no prazo fixado pela Assembleia Geral.

ARTIGO 32º

Endividamento

1 – A ASSOCIAÇÃO DE MUNICÍPIOS DO PORTUGAL ROMANO pode contrair empréstimos, a curto, médio e longo prazo, junto de quaisquer instituições autorizadas por lei a conceder crédito e celebrar contratos de locação financeira, em termos idênticos ao dos municípios.

2 – Os Municípios são exclusivamente responsáveis pelo pagamento das dívidas contraídas pela ASSOCIAÇÃO DE MUNICÍPIOS DO PORTUGAL ROMANO, apenas e só no valor correspondente, calculado por afetação real, ao investimento executado no respetivo município, previamente autorizados por cada assembleia.

3 – A ASSOCIAÇÃO DE MUNICÍPIOS DO PORTUGAL ROMANO não pode contrair empréstimos em benefício de qualquer dos Municípios associados, nem conceder empréstimos a entidades públicas ou privadas, salvo nos casos expressamente previstos na lei.

4 – É vedado ainda à ASSOCIAÇÃO DE MUNICÍPIOS DO PORTUGAL ROMANO a celebração de contratos com entidades financeiras com a finalidade de consolidar dívida de curto prazo, bem como a cedência de créditos não vencidos.

CAPÍTULO V

Disposições Finais

ARTIGO 33º

Alterações Estatutárias

Os presentes Estatutos podem ser alterados por deliberação da Assembleia Geral, proferida por maioria de dois terços dos membros dos municípios participantes da associação, desde que tal alteração tenha sido previamente aprovada pelas Assembleias Municipais de dois terços dos Municípios que integram a ASSOCIAÇÃO DE MUNICÍPIOS DO PORTUGAL ROMANO.

ARTIGO 34º

Renúncia e Exclusão dos Municípios Associados e Admissão de Novos Municípios

1 – Os Municípios associados podem renunciar á qualidade de associados da ASSOCIAÇÃO DE MUNICÍPIOS DO ROMANO, mediante comunicação escrita à Assembleia-Geral.

2 – Sem prejuízo do disposto no número anterior, os Municípios que deixarem de integrar a ASSOCIAÇÃO DE MUNICÍPIOS DO PORTUGAL ROMANO na qualidade de associados, nos três anos seguintes à data em que nela ingressaram perdem todos os benefícios financeiros e administrativos atribuídos ou a atribuir em resultado da sua participação na Associação.

3 – No caso de ocorrer a renúncia ou exclusão de um município associado, este fica obrigado a proceder à restituição da parte dos encargos realizados pela Associação no exclusivo interesse desse Município.

4 – Um Município associado só poderá ser excluído da ASSOCIAÇÃO DE MUNICÍPIOS DO PORTUGAL ROMANO mediante deliberação por maioria qualificada de três quartos dos membros dos municípios integrantes da Associação, em caso de violação grave dos respetivos deveres legais ou estatutários perante a Associação.

5 – Constitui violação grave dos deveres estatutários dos Municípios associados, o não pagamento das quotizações e transferências aprovadas por assembleia geral, decorridos que sejam 60 dias após o respetivo prazo de vencimento.

6 – A adesão de novos Municípios em momento posterior à criação da ASSOCIAÇÃO DE MUNICÍPIOS DO PORTUGAL ROMANO depende do consentimento prévio de três quartos dos Municípios deliberado em reunião da Assembleia Geral por unanimidade dos membros presentes na reunião.

7 – A adesão concretiza-se com a comunicação escrita ao Conselho Diretivo, por parte do Município aderente, acompanhada de fotocópia das deliberações que a aprovem, dos respetivos órgãos municipais.

ARTIGO 35º **Extinção da Associação de Municípios**

1 – A ASSOCIAÇÃO DE MUNICÍPIOS DO PORTUGAL ROMANO extingue-se por dissolução, cisão ou fusão com outra associação nos termos da lei, declaração de insolvência ou sentença judicial.

2 – No caso de dissolução o património será repartido pelos seus membros na data da dissolução, mediante critério a estabelecer pela Assembleia Geral.

3 - Esse critério deverá ter em conta a regra de proporcionalidade dos contributos patrimoniais e financeiros que cada município transferiu para a Associação.

4 - No caso de dissolução o passivo será assumido pelos seus membros na data da dissolução, de acordo e na proporção do benefício que tal passivo contribuiu para cada Município.

5 - Os bens e direitos transferidos gratuitamente pelos Municípios associados à ASSOCIAÇÃO DE MUNICÍPIOS DO PORTUGAL ROMANO sob condição resolutiva, regressam à esfera jurídica do Município respetivo aquando da extinção da Associação.

6 – O ato de dissolução voluntária deverá constar de escritura pública.

ARTIGO 36º **Regime jurídico aplicável**

ASSOCIAÇÃO DE MUNICÍPIOS DO PORTUGAL ROMANO rege-se pelo disposto na Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, e demais legislação aplicável às pessoas coletivas públicas, bem como pelos respetivos estatutos e regulamentos internos, estando nomeadamente sujeita:

- a) Aos princípios constitucionais de direito administrativo;
- b) Aos princípios gerais da atividade administrativa;
- c) Ao Código do Procedimento Administrativo;
- d) Ao Código dos Contratos Públicos;
- e) Às leis do contencioso administrativo;
- f) À lei de organização e processo do Tribunal de Contas e ao regime de jurisdição e controlo financeiro do Tribunal de Contas e da Inspeção Geral de Finanças;
- g) Ao regime jurídico da administração financeira e patrimonial do Estado;
- h) Ao regime jurídico das incompatibilidades e impedimentos de cargos públicos e dos trabalhadores em funções públicas, incluindo as incompatibilidades previstas nos artigos 78.o e 79.o do Estatuto da Aposentação, aprovado pelo Decreto-Lei n.o 498/72, de 9 de Dezembro;
- i) Aos princípios da publicidade, da concorrência e da não discriminação em matéria de recrutamento de pessoal e ao regime jurídico aplicável aos trabalhadores que exercem funções públicas;
- j) Ao regime da realização das despesas públicas;
- k) Ao regime da responsabilidade civil do Estado e das demais entidades públicas.

ARTIGO 37º

Regulamento Interno Geral

No ato constitutivo é declarada a aprovação do Regulamento Interno Geral da ASSOCIAÇÃO DE MUNICÍPIOS DO PORTUGAL ROMANO.

LOGÓTIPO: PORMENOR DO MOTIVO DECORATIVO DE COROA DE FOLHAGEM COM DRAGÃO MARINHO



ASSOCIAÇÃO DE MUNICÍPIOS
DO PORTUGAL ROMANO

Fontes: Conforme nos diz Bairrão Oleiro (1923-2000), em publicação datada de 1992 (CMRP, I, 1, nº 3, p. 84-87, Est. 29, 30, 57.1 e 68.1), o Mosaico do Centauro Marinho decora o chão do *oecus - exedra*, sala de recepção – escritório, da Casa dos Repuxos, *domus* ou palácio romano de Conímbriga, datado do século II-III d.C.. Trata-se de um compartimento com acesso pela ala sul do átrio interior central ajardinado ou peristilo.

Descoberta: 1939, ao tempo do Professor Vergílio Correia (1888-1944).

Descrição: O mosaico do compartimento pode considerar-se como de tapetes múltiplos. Apresenta tapetes de ligação dotados de faixas laterais com quadrícula de bandas, a traço, com quadrado de intercepção decorado com quadrado côncavo sobre o vértice, losango inscrito nos rectângulos e florão simples nos grandes quadrados. O tapete principal apresenta painel quadrado central com centauro, segurando na mão direita um golfinho e na mão esquerda o *vexillum*, estandarte da cavalaria, que apoia ao ombro, e fauna marinha, interrompendo uma composição ortogonal de círculos tangentes, determinando quadrados côncavos tratados com ramagens. Encontramos inseridas nas coroas de folhagem golfinhos e dragões marinhos. Os corpos destes, debruados a vermelho, são preenchidos a preto, e os olhos e barbatanas assinalados a branco. Nos irregulares quadrados curvilíneos, entre os círculos, vêem-se, como motivos de enchimento, aves pernaltas (garças ou corvos marinhos?) em posições muito diversas, com o corpo a preto, patas e bico a vermelho, olhos e orla das asas a branco.

Material: Tesselas de calcário branco, preto, vermelho e amarelo. Cor secundária: rosa.

Densidade das tesselas: 230 por dm² no Centauro e 106 por dm² no restante.

Datação: Último quartel do século II - Primeiro quartel do século III d.C.

Dimensões totais: 4,65 x 3,95 m.

Ramagem circular: diâmetro dos círculos 27 cm

Suporte: cimento, areia e rede metálica. Fotografia: Francisco Pedro, 2015.

Localização: *in situ*. Conímbriga. Casa dos Repuxos, descoberta em 1939, ao tempo de Vergílio Correia (1888-1944). Compartimento com acesso pelo corredor do lado sul do jardim central ou peristilo da Casa dos Repuxos.

Conservação e restauro: Levantado e consolidado, em 1956, sobre placas de betão armado. Cf. ALARCÃO; BELOTO, 1987, p. 18; OLEIRO, 1992, p. 85; ABRAÇOS, 2005, p. 113, 171; SALES, 2006, p. 50-68; ABRAÇOS, 2011, p. 210. Equipa da Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais,

coordenada por Balrrão Oleiro e constituída por Adriano Ventura, Encarregado (Casais do Campo, Taveiro); Manuel Bugalho, Encarregado (Cernache); José de Oliveira Loreto (Condeixa-a-Velha); Emídio Valada (Condeixa-a-Velha); Júlio Pita (Condeixa-a-Velha); Júlio Aparício (Condeixa-a-Velha) e Eduardo Moreira (Condeixa-a-Velha)

M. P. - 4 de Dezembro de 2017

